

# O diferendo

Título original: “Fiche de lecture” in : LYOTARD, Jean-François. Le différend.  
Paris : Éditions de Minuit, 1983, pp. 9-15.

Inédito em português. Tradução: Thiago Mota | thmota@ufc.br

## Ficha de leitura

### Título.

Diferentemente de um litígio, um diferendo<sup>1</sup> [différend] seria um caso de conflito entre duas partes (no mínimo) que não poderia ser resolvido equitativamente dado a falta de uma regra de julgamento aplicável às duas argumentações. Que uma seja legítima não implicaria que a outra não seja. Se aplicarmos, entretanto, a mesma regra de julgamento a uma e a outra para resolver o diferendo como se este fosse um litígio, causamos um prejuízo a uma delas (no mínimo, e a ambas se nenhuma admite esta regra). Um dano [dommage] resulta de uma injúria contra as regras de um gênero de discurso, ele é reparável segundo essas regras. Um prejuízo<sup>2</sup> [tort] resulta do fato de que as regras do gênero de discurso segundo as quais julgamos não são aquelas do ou dos gêneros de discurso julgado(s). A propriedade de uma obra literária ou artística pode sofrer um prejuízo (atentamos para os direitos morais do autor); mais o princípio mesmo de que devemos tratar a obra como o objeto de uma propriedade pode constituir um prejuízo (desconhecemos que o “autor” é seu refém). O título do livro sugere (pelo valor genérico do artigo) que uma regra universal de julgamento entre gêneros heterogêneos falta em geral.

---

<sup>1</sup> O termo diferendo é um neologismo que se justifica pelo fato de que se trata de um conceito que tem uma acepção técnica, diferente do uso cotidiano, no vocabulário de Lyotard. Différend traduz-se em geral como conflito, disputa, lide, querela ou litígio e é um termo originariamente jurídico.

<sup>2</sup> A dificuldade de tradução dos termos tort e dommage é a mesma: trata-se de conceitos com uma acepção específica que não se confunde com o uso cotidiano. Optamos, respectivamente, por dano e prejuízo. (Comparar com as traduções alemã e inglesa.)

### **Objeto.**

O único que seja indubitável, a frase, porque ela é imediatamente pressuposta (duvidar que fraseamos é em todo caso frasear, calar-se é uma frase). Ou melhor: as frases, porque o singular chama o plural (como o plural, o singular) e porque o singular e o plural juntos já são o plural.

### **Tese.**

Uma frase, a mais ordinária, é constituída segundo um grupo de regras (seu regime). Há vários regimes de frases, raciocinar, conhecer, descrever, contar, interrogar, mostrar, ordenar etc. Duas frases de regime heterogêneo não são traduzíveis uma pela outra. Elas podem ser encadeadas uma a outra segundo um fim fixado por um gênero de discurso. Por exemplo, dialogar encadeia uma ostensão (mostrar) ou uma definição (descrever) sobre uma interrogação, o objetivo estando no acordo entre as duas partes sobre o sentido de um referente. Esses gêneros de discurso fornecem as regras de encadeamento de frases heterogêneas, regras que são apropriadas para atingir certos objetivos: saber, ensinar, ser justo, seduzir, justificar, avaliar, emocionar, controlar... Não há “linguagem” em geral, exceto enquanto objeto de uma Idéia.

### **Questão.**

Uma frase “ocorre”<sup>3</sup> [arrive]. Como encadear sobre ela? Um gênero de discurso fornece por sua regra um conjunto de frases possíveis, cada uma depende de um regime de frases. Mas outro gênero de discurso fornece um conjunto de outras frases possíveis. Há um diferendo entre esses conjuntos (ou entre os gêneros que os chamam) porque eles são heterogêneos. Ora, é preciso encadear “agora”, outra frase não pode não ocorrer, é a necessidade, isto é, o tempo, não há não-frase, um silêncio é uma frase, não há a última frase. Na ausência de um regime de frases ou de um gênero de discurso que goze de uma autoridade universal para resolver, não é necessário que o encadeamento, seja qual for, faça um prejuízo aos regimes ou aos gêneros cujas frases possíveis permanecem inatualizadas.

### **Problema.**

Estando dado 1º a impossibilidade de evitar os conflitos (a impossibilidade da indiferença), 2º a ausência de um gênero de discurso universal para regulá-los ou se se prefere a necessidade que o juiz seja parte, encontrar, se não o que pode legitimar o juízo (o bom encadeamento), ao menos como salvar a honra de pensar.

### **Aposta. [enjeu]**

Convencer o leito (aí incluído o primeiro, o autor) de que o pensamento, o conhecimento, a ética, a política, a história, o ser, conforme o caso, estão em jogo no encadeamento de uma frase sobre uma frase. Refutar o preconceito nele ancorado por séculos de humanismo e de “ciências humanas” de que há o “homem”, de que há a “linguagem”, de que este se serve desta tendo em vista seus fins, de que se ele não consegue alcançá-los, é por falta de um bom controle sobre a linguagem “pelos meios” de uma linguagem “melhor”. Defender e ilustrar a filosofia no seu diferendo com seus dois adversários: no exterior, o gênero de discurso econômico (a troca, o capital), no interior dela mesma o gênero de

---

<sup>3</sup> O verbo francês arriver (chegar, ocorrer, acontecer) não encontra um correlato exato em português. Seria certo dizer que “uma frase chega”, mas resolvemos optar por “uma frase ocorre”.

discurso acadêmico (o domínio). Mostrando que o encadeamento<sup>4</sup> [enchaînement] de uma frase sobre uma frase é problemático e que esse problema é a política, erigir a política filosófica à distância daquela dos “intelectuais” e dos políticos. Testemunhar o diferendo.

### ***Contexto.***

A “virada lingüística” da filosofia ocidental (as últimas obras de Heidegger, a penetração das filosofias anglo-americanas no pensamento europeu, o desenvolvimento das tecnologias da linguagem); correlativamente, o declínio dos discursos universalistas (as doutrinas metafísicas dos tempos modernos: as narrativas [récits] do progresso, do socialismo, da abundância, do saber). Exaustão com relação à “teoria”, e o miserável desleixo que o acompanha (novo isto, novo aquilo, pós-isto, pós-aquilo, etc.). Hora de filosofar.

### ***Pretexto.***

Os dois pensamentos que sinalizam a autor: o Kant da terceira Crítica e dos textos histórico-políticos (“quarta Crítica”), o Wittgenstein das Investigações filosóficas e dos póstumos. No contexto imaginado pelo autor, eles são epílogos da modernidade e prólogos de uma pós-modernidade honrável. Eles estabelecem a constatação do declínio das doutrinas universalistas (metafísica leibniziana ou russelliana). Eles interrogam os termos nos quais essas crêem poder resolver diferendos (realidade, sujeito, comunidade, finalidade). Eles os interrogam de maneira mais rigorosa do que a da “ciência rigorosa” husserliana que procede por variação eidética e evidência transcendental, última fonte da modernidade cartesiana. Ao invés, Kant diz que não há intuição intelectual, e Wittgenstein que a significação de um termo é seu uso. O exame livre das frases chega à dissociação (crítica) de seus regimes (separação das faculdades, e seu conflito em Kant; desimbricação dos jogos de linguagem em Wittgenstein). Eles preparam o pensamento da dispersão (diáspora, escreve Kant) que segundo o autor forma nosso contexto. Seu legado deve hoje ser desvencilhado da dívida de antropomorfismo que o onera (noção de “uso” em ambos, antropologismo transcendental em Kant, empírico em Wittgenstein).

### ***Modo.***

O modo do livro é filosófico, reflexivo. O autor tem aqui por única regra examinar casos de diferendo e pesquisar as regras dos gêneros de discurso heterogêneos que ocasionam esses casos. Diferentemente de um teórico, ele não pressupõe as regras de seu discurso, mas somente que este deve ele também obedecer a regras. O modo do livro é filosófico, e não teórico (ou outro), na medida em que ele tem a descoberta de suas próprias regras como objetivo, e não seu conhecimento por princípio. Ele se interdita por aí de resolver a partir de suas próprias regras os diferendos que ele examina (contrariamente ao gênero especulativo, por exemplo, ou analítico). O modo é aquele de uma metalinguagem no sentido do lingüista (ele tem por objeto frases), mas não no sentido do lógico (ele não constitui a gramática de

<sup>4</sup> Lyotard afirma mais a frente que o encadeamento das frases é a questão central do Diferendo. A tese básica de uma agonística dos enunciados que parece ser a de Lyotard no Diferendo (na Condição pós-moderna trata-se antes de uma agonística de atos de fala e, em última instância, de agentes de palavra). A noção de encadeamento deve ser compreendida, em primeiro lugar, como uma noção lógica, no sentido da ligação, da conexão lógica entre proposições que forma um raciocínio, como na silogística aristotélica, a teoria da prova, da demonstração ou da inferência em Aristóteles. O encadeamento é a inferência. As regras de encadeamento são as regras de inferência, regras que constituem a chamada dimensão sintática da linguagem. Pensar o encadeamento em termos conflictuais, em termos agonísticos, significa levar a agonística ao cerne da sintaxe, levar a política ao cerne da lógica. Nesse sentido, uma lógica agonística é sempre uma lógica política. O conflito entre as frases tem papel decisivo na definição das regras lógicas de inferência ou de encadeamento. Há similaridade entre as regras de inferência e as leis políticas.

uma língua-objeto).

### **Gênero.**

No sentido da poética, o gênero é aquele das Observações, Comentários, Pensamentos, Notas, relativas a um objeto, isto é, a forma descontínua do Ensaio. Um caderno de croquis? As reflexões são dispostas em uma série de números e grupos em seções. A série é interrompida conforme a oportunidade por Notas, que são notas de leitura de textos filosóficos. Mas o conjunto deve ser lido em seqüência.

### **Estilo.**

O ingênuo ideal do autor é atingir o grau zero do estilo e que o leitor tenha por assim dizer em mãos o pensamento. Segue-se às vezes um tom de sabedoria, sentencioso, que convém negligenciar. O ritmo do livro não é aquele do “nosso tempo”. Um pouco caduco? O autor se explica ao fim sobre o tempo de “nosso tempo”.

### **Leitor.**

Filosófico, isto é, qualquer um sob a condição de que aceite não chegar ao fim da linguagem e não “ganhar tempo”. Todavia, a presente ficha de leitura permitira ao leitor “falar do livro”, se a fantasia o pegar, sem tê-lo lido. (Para as Notas, um leitor um pouco mais profissional.)

### **Autor.**

Anunciou as presentes reflexões na “Prece de desinteresse” de *Rudimentos pagãos* (1977) e na Introdução à *Condição pós-moderna* (1979). Se ele não receava ser cansativo, ele confessaria ter começado este trabalho logo após a publicação de *Economia libidinal* (1974). E mesmo... Estas reflexões só puderam ver a luz do dia graças a um acordo firmado entre a universidade de Paris VIII (Vincennes à Saint-Denis) e o CNRS, e à cortesia de Maurice Cavening e de Simone Debout-Oleszkiewicz, pesquisadores do CNRS. O que o autor, se não o leitor, os agradece.

### **Destino.**

Portanto, não haverá mais livros no próximo século. É muito longo para ler, enquanto o sucesso é ganhar tempo. Chamar-se-á de livro a um objeto impresso de que as mídias, um filme, uma entrevista jornalística, uma emissão televisiva, um cassete, terão difundido anteriormente a “mensagem” (o teor em informação) com o nome e o título, e com a venda do qual o editor (que terá também produzido o filme, a entrevista, a emissão, etc.) obterá um suplemento de lucro, porque a opinião será que é preciso o “ter” (logo comprar) sob pena de passar por um imbecil, sob pena de ruptura do laço social, céus! O livro será distribuído como brinde, ele dará um suplemento de lucro financeiro para o editor, simbólico para o leitor. Este livro pertence a um fim de série. Apesar de todos os seus esforços para tornar o pensamento mais comunicável, o autor sabe que fracassou, que é volumoso demais, longo demais, difícil demais. Os promotores sumiram. Para dizer a verdade, sua timidez o impediu de “contatá-los”. Felizmente que um editor, ele também (e por isso mesmo) condenado, tenha aceitado publicar este monte de frases.

Os filósofos jamais tiveram destinatários instituídos, isso não é novo. A destinação da reflexão é também um objeto de reflexão. O fim de série dura há muito tempo, e a solidão. Há, porém, o novo. É a relação

com o tempo, somos tentados a escrever: o “uso do tempo”, que reina no “espaço público” hoje. Não se repudia a reflexão porque ela é perigosa ou perturbadora, mas simplesmente porque ele faz perder tempo, e não “serve pra nada”, não serve para ganhá-lo. Ora, o sucesso está em ganhá-lo. Um livro, por exemplo, é um sucesso se a primeira tiragem é esgotada rápido. Essa finalidade é aquela do gênero econômico. A filosofia pôde publicar suas reflexões sob pelo intermédio de muitos gêneros (artístico, político, teológico, científico, antropológico), ao preço certamente de desprezo e prejuízos graves, mas enfim... – enquanto o cálculo lhe parece fatal. O diferendo não diz respeito ao conteúdo da reflexão. Ele toca sua pressuposição última. A reflexão exige que se dê atenção à ocorrência, que não se saiba já o que ocorre. Ela deixa aberta a questão: *ocorre?* [*Arrive-t-il?*] Ela tenta manter [*maintenir*] (palavra miserável) o agora [*maintenant*]. No gênero econômico, a regra é que o que ocorre só pode ocorrer se ele já está quite, logo ocorrido [*arrivé*]. A troca pressupõe que a cessão é anulada antecipadamente por uma contra-cessão, a tiragem do livro anulada por sua venda. E quanto mais rápido é feito, melhor.

Escrevendo este livro, o autor teve o sentimento de só ter por destinatário o *ocorre?* [*Arrive-t-il?*] É a ele que as frases que ocorrem chamam. E, bem entendido, ele jamais saberá se as frases chegaram [*sont arrivés*] ao destino. E ele não deve saber disso, por hipótese. Ele sabe somente que esta ignorância é a última resistência que o evento [*événement*] pode opor ao uso contábil do tempo.